



VII Colóquio Internacional São Cristóvão/SE/Brasil
"Educação e Contemporaneidade" 19 a 21 de setembro de 2013
ISSN 1982-3657



O MANUAL ESCOLAR NO SÉCULO XIX: REFLEXÕES SOBRE AS PROPOSTAS DOS PRIMEIROS LIVROS DIDÁTICOS NO BRASIL

Márcia Alves de Carvalho Machado[1]

Luciano Matos Nobre[2]

Soane Maria Santos Menezes Trindade Silva [3]

EIXO 11 - EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E PRÁTICAS EDUCATIVAS

RESUMO

Esta investigação está relacionada aos estudos sobre Educação e Desenvolvimento Rural em curso no Grupo de Pesquisa GPGFOP/UNIT/CNPq. Tem como objetivo evidenciar o papel do livro didático na propostas educacionais que emergem no século XIX no Brasil. Neste sentido, se desenvolve a partir de uma breve revisão teórica sobre o tema, tendo como base estudos que referenciam o século XIX. Concluí-se que a partir do século XVIII as ideais iluministas influenciaram a mudança do perfil dos leitores da Colônia, e que as reformas pombalinas, através do mesmo ideário, buscou modernizar o campo pedagógico em Portugal. A vinda da Côrte para o Brasil representou um avanço em termos social e cultural para Colônia. Os debates parlamentares no século XIX impulsionaram as mudanças educacionais e influenciaram na utilização do livro didático no país. Constatou-se que predominantemente os livros didáticos eram escritos para a formação dos professores.

Palavras-chave: História. Livro Didático. Propostas. Século XIX.

ABSTRACT

This research is related to studies on Rural Education and Development in ongoing Research Group GPGFOP / UNIT / CNPq. Aims to highlight the role of the textbook in educational proposals that emerge in the nineteenth century in Brazil. In this sense, develops from a brief literature review on the topic, based on studies that reference the nineteenth century. It is concluded that from the eighteenth century the Enlightenment ideals influenced the changing profile of the readers of the Colony, and that the reforms of Pombal, by the same ideology, sought to modernize the educational field in Portugal. The coming of Côrte to Brazil represented a breakthrough in social and cultural terms to Colony. Parliamentary debates in the nineteenth century boosted educational changes and influenced the use of the textbook in the country. It was found that the textbooks were predominantly written for the training of teachers.

Keywords: History. Textbook. Proposals. Nineteenth Century.

Introdução

Esta investigação está relacionada aos estudos sobre Educação e Desenvolvimento Rural em curso no Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas, Gestão Socioeducacional e Formação de Professor (GPGFOP/UNIT/CNPq) que contemplam como categoria teórica a ruralidade e preocupam-se em compreender as representações constantes dos manuais escolares, tanto de Portugal como do Brasil. Relaciona-se ainda as pesquisas desenvolvidas no projeto em andamento intitulado Transdisciplinaridade na Literacia e Numeracia de Jovens e Adultos no Semiárido Sergipano (TRANSEJA 2), promovido pela Universidade Tiradentes e com o apoio material e/ou financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES - Brasil através do Programa Observatório da Educação. Edital 038/2010/CAPES/INEP.

Ressalta-se inicialmente que a fim de compreender as representações contidas nos manuais escolares no Brasil, é preciso que se conheça a evolução deste meio de conhecimento em nossa sociedade, partindo da circulação e das primeiras leituras destes nos séculos que originaram nossa história.

O livro escolar para Magalhães (2011, p. 9) é “produto intelectual, material e estético”, assim como “ordenou o conhecimento e a ação pedagógico-didática, com reflexo no ensino/aprendizagem”, e continua a ser um dos principais e muitas vezes o único instrumento de trabalho de alunos e professores. Desta forma, este produto não esteve apenas no meio cultural como instrumento para entretendimento ou para difusão do conhecimento produzido por viajantes ou cientistas, mas também foi meio de disseminação do conhecimento pedagógico e didático, ordenando o conteúdo a ser veiculado.

Numa concepção do livro como memória de futuro, Magalhães (2011, p. 10) afirma que “integrando um arquiplano cultural e ideológico descendente, e reconstituindo uma constante de iluminação e de formação”, a história do livro escolar está na base da história da escola e nos leva a entender que ao investigar os manuais escolares estamos investigando a própria história da escola, sua cultura e ideologia, sendo assim histórias que se cruzam.

Nesta perspectiva de cruzamento das histórias, emerge da preocupação principal relativa ao livro didático, o interesse em desvendar quais as mudanças significativas ocorrem no século XIX e influenciaram na circulação e produção de livros no Brasil Qual a finalidade dos manuais escolares no mesmo século

Assim, o objetivo deste artigo é evidenciar o papel do livro didático na propostas educacionais que emergem no século XIX no Brasil. Neste sentido, se desenvolve a partir de uma breve revisão teórica sobre o tema, tendo como base estudos que referenciam o século XIX, entre eles: Araújo (1999) sobre a circulação e leitura de livros; Bittencourt (2008) acerca do contexto político institucional no qual se constitui a literatura escolar brasileira; e Saviani (2008) sobre as ideias pedagógicas no Brasil, além de outras literaturas nacionais.

Espera-se que esta investigação contribua para a compreensão das mudanças empreendidas, no limiar da República, no campo da instrução pública e que se aplicam aos primeiros projetos dos livros escolares.

Movimentos antecedentes e o impulso à cultural com a vinda da Côte

O processo educativo no Brasil está intimamente relacionado ao movimento dos poderes instituídos ao longo da evolução da sua história. Assim, ao passo que estes poderes se institucionalizavam, o campo educacional foi se modificando, e através dele se desenvolvia a construção da literatura escolar. Nesse sentido, para que se evidencie os primeiros projetos de livros didáticos no país é importante esboçar os

movimentos iniciais que implicaram na circulação de livros, nas primeiras leituras e práticas educativas realizadas neste território.

Quanto as primeiras leituras desenvolvidas na Colônia, têm-se que apesar dos esforços das ordens religiosas em desenvolver o ensino nos séculos XVI e XVII, sua prática era bastante incipiente e pouco havia em matéria de livros, o que dificultava o desenvolvimento do processo educativo, constatação evidenciada pelo estudo de Araújo (1999) sobre a circulação de livros e as leituras naqueles séculos, muito embora o mesmo estudo mencione a existência de bibliotecas surgidas no século XVI, como a do Colégio da Bahia pertencente aos jesuítas e outras pertencentes aos beneditinos, franciscanos e carmelitas.

Assim, as leituras educativas estavam a mercê dos livros individuais pertencentes aos religiosos, em especial os da Ordem Jesuíta, que tinham a tarefa educativa e cultural na Colônia. Livros certamente voltados ao ensino das primeiras noções de ler e escrever, ou seja, relativos a Gramática e ao Latim.

Apesar da dificuldade para obtenção de novos livros, existia a circulação daqueles relativos a devoção entre os religiosos, característicos da evangelização, e sobre artes e humanidades (relativo as aulas aplicadas no Colégio Bahia em 1583). Ressalta-se que as leituras inscritas neste período eram manifestações retóricas usadas para imediata ação missionária. Quanto a pedagogia da época, sob domínio dos jesuítas, era centrada em estudos de feição letrada e mecânica, caracterizada pelo conservadorismo dos postulados casuísticos da Idade Média.

Recai sobre as mudanças da instrução pública advindas com a reforma pombalina, a criação de um perfil de leitura no século XVIII, pelo qual alterou-se as leituras educativas desenvolvidas na Colônia, que passaram a ter um caráter ilustrado ou cientificista.

O impacto do movimento de ilustração pombalina no Brasil pode ser sentido pela vitalidade que ganha a circulação de livros e idéias. A reforma de Pombal buscou substituir a formação jesuítica por um iluminismo de base católico-regalista, com uma afirmação nacionalista de soerguimento do Estado. São muitas as expressões das leituras que a reforma pombalina possibilitou [...] (NASCIMENTO,

No que tange as práticas educativas, levando-se em conta a defesa pombalina pelo novo método de Luiz Antonio Verney, padre da Congregação dos Oratorianos, e a influência exercida nas reformas pelas ideias de Antônio Nunes Ribeiro Sanches, constatou-se a difusão de uma nova performance pedagógica global, caracterizado pelo ensino faseado, adequado a diferentes faixa etárias, tendo conteúdos aligeirados, e utilizando métodos lúdicos e divertidos com a intenção de que fosse superado o sistema de ensino rígido, pesado, triste e punitivo característico do ensino escolástico jesuíta.

O ideário pedagógico traduzido nas reformas pombalinas visava a modernizar Portugal, colocá-lo no nível do Século das Luzes, como ficou conhecido o século XVIII. Isso significava sintonizá-lo com o desenvolvimento da sociedade burguesa centrada no modo de produção capitalista, tendo como referência os países mais avançados [...] (SAVIANI, 2008, p. 103).

As reformas pombalinas de instrução pública, que se estenderam na colônia no período de 1759 a 1834, teve como uma das características básicas, conforme Saviani (2008, p. 114), "a estatização e secularização do conteúdo do ensino, que passou a ser controlado pela Real Mesa Censória mediante a censura de livros, antes exercida pelo Santo Ofício e obrigando aos professores a encaminhar relatórios das atividades por eles realizadas [...]".

Conforme Bittencourt (2008), a escolha e impressão de livro didáticos foram pontos básicos da reforma:

Uma das primeiras medidas tomadas por Portugal para a implementação da reforma pombalina foi a distribuição do texto *Memória dos Livros Aconselháveis e Permitidos para o Novo Método*, onde era apresentada uma listagem completa de obras a serem utilizadas nas escolas régias e a quantidade de livros novos a serem impressos. [...] Os cuidados expressos para seleção de livros a serem adotados não fora, entretanto, os mesmos empregados para garantir que chegassem às mãos dos professores. Uma das dificuldades apontadas para a substituição do antigo método jesuítico, no Brasil, foi a ausência de novos compêndios (BITTENCOURT, 2008, p. 28).

Com a proibição dos livros utilizados no ensino jesuítico, num total de 15 títulos, conforme Araújo (1999), intensificou-se a solicitação de outros títulos em substituição aos proibidos. Foram livros indicados pelas escolas da Congregação Oratoriana para o estudo das primeiras letras, secundário, Poética, Retórica, História e Geografia, num total de 28 títulos, ou seja, quase o dobro do número daqueles proibidos. Embora a já mencionada dificuldade por Bittencourt (2008) de acesso aos novos compêndios, aumenta a indicação de livros para o ensino na Colônia. Com o auxílio dos oratorianos a defesa passa a ser por um ensino igualitário quanto a métodos e orientações de leitura, e o magistério se desenvolve num sistema orgânico.

Segundo Bittencourt (2008, p. 28), a escolha e a impressão de livros didáticos tornaram-se pontos básicos da reforma, sendo que uma das primeiras medidas tomadas por Portugal durante sua implementação foi distribuir o “texto *Memória dos Livros Aconselháveis e Permitidos para o Novo Método*, onde era apresentada uma listagem completa da sobras a serem utilizadas nas escolas régias e a quantidade de livros novos a serem impressos”. Na sua concepção, o livro escolar ao fim do século XVIII aparecia “como principal instrumento para a formação do professor, garantindo, ao mesmo tempo, a veiculação de conteúdo e método de acordo com as prescrições do poder estabelecido” (BITTENCOURT, 2008, p. 28).

Ademais, apesar das novas orientações acerca dos manuais escolares, para Araújo (1999), até o século XIX Portugal influenciou pela negação da cultura em livros no Brasil, não havendo real decisão política de tráfego de livros, o que modificou-se com a vinda da Corte.

O que antes parecia difícil, demorado ou impossível de acontecer, em termos de civilização, pôde afinal ser conhecido em pouco tempo no Brasil a partir da transferência da Corte, tangida pela fúria napoleônica para o Rio de Janeiro, em 1808. [...] o Brasil pôde afinal contar com melhoramentos sociais efetivos que se vão ampliando, desde 1808, da modernização da malha urbana ao caráter fundador de novidades, como, por exemplo, a criação de um Jardim Botânico, de uma Biblioteca, de uma Tipografia e, em especial, de uma abertura dos portos à nações amigas (ARAÚJO, 1999).

A partir deste período nota-se a preocupação em propiciar o acesso aos livros e por consequência à leitura no país, embora nem sempre agradassem ao interesse do público da Colônia, conforme constatação de Araújo (1999) ao analisar correspondências da época em que um governador de província alerta ao ministro da Fazenda Corte para evitar o envio de livros que desagradam a freguesia e que só visavam atender aos objetivos especulativos da Metrópole do que a que aos interesses educacionais. Neste aspecto, os interesses eram relativos a comercialização de edições da Tipografia do Arco do Cego, voltadas para ciência e técnica fomentadas em Portugal, que intensificou a circulação, estendendo a leitura destes livros para outras províncias.

Ainda estimulou-se a literatura dramática em texto teatral, que teve uma boa acolhida, sobretudo em Minas Gerias, se espalhando também pelo país. Para Araújo (1999, p. 160), “o costume impositivo de leituras e de livros retoma fôlego e se expande após a permanência do Príncipe Regente no Rio de Janeiro

e, particularmente, após o advento da Imprensa Régia”.

Assim para Araújo (1999), o século XIX ganha foros de interesse histórico, com a ampliação do ensino e com o desenvolvimento da tipografia. O autor cita que os projetos relativos a instrução pública traziam sempre reflexos da circulação de livros ou das tendências de leituras, como o da instalação de uma disciplina de Anatomia e Cirurgia no estado do Mato Grosso, e afirma que ao estudar a educação pública em São Paulo e no Rio de Janeiro, observou-se como era rigorosamente específico o universo de leituras decorrentes das orientações pedagógicas.

Tanto no ensino prático, quanto no de Humanidades, o rigor censório era de molde a não permitir o desenvolvimento de processos educativos que não estivessem contemplados pela autoridade competente. Em outras palavras, não havia propriamente o desenvolvimento de um gosto, mas a obediência ao senso ideológico e às decisões superiores na ordem de leituras dirigidas. Em São Paulo e no Rio, praticamente, os mestres deveriam estudar aplicar conhecimentos e aferir a desenvoltura do aluno de acordo com os manuais recomendados pela autoridade superior (ARAÚJO, 1999, p. 161).

Evidencia-se pelo exposto que embora a vinda da Côrte tenha representado um avanço em termos social e cultural para Colônia, o que fez aumentar a circulação de livros e o incentivo à leitura, considerados aspectos que refletiram na instrução pública, permaneceu o caráter impositivo nestes aspectos, denotando a permanência do poder institucional exercido sobre eles.

O Livro Didático no Século XIX

O século XIX foi notadamente marcado pelos debates parlamentares sobre a organização do sistema educacional no Estado que se inicia. Saviani (2008) expõe algumas ideias pedagógicas oriundas das discussões da Assembleia Nacional Constituinte, que marcaram o período e foram iniciadas após a Proclamação da República, em 1822, com destaque para o discurso de Dom Pedro I, quanto a necessidade de uma legislação especial sobre a instrução pública, e que culminou com um projeto que premiaria a melhor proposta para estimular o surgimento de um “Tratado Completo de Educação da Mocidade Brasileira”. Na concepção de Saviani (2008, p. 119), “sua natureza e valor, revelaram, pelo próprio enunciado da questão posta em debate, a importância do tema que requeria solução urgente e prioritária: a organização de um sistema de escolas públicas, segundo um plano comum”, a ser implantado no novo Estado.

Conforme Bittencourt (2008), os manuais didáticos também foram tema de debates dos parlamentares em todo transcorrer do século XIX, sendo que nas propostas contidas nos discursos das autoridades provinciais revelaram-se dois momentos distintos para sua produção. Um primeiro momento relativo a projetos para construção de livros seguindo modelos estrangeiros, francês e alemão, que se tornaram alvos de constantes reclamações e críticas não só pela ausência de manuais escolares nas escolas, mas como também pela preferência as obras nacionais. E um segundo referente a propostas de construção de obras didáticas nacionais, que deveriam ser escrita por brasileiros com temas relativos ao sentimento nacional.

As propostas de “nacionalização” da literatura escolar corresponderam ao período de crescimento da rede escolar, decorrente, em parte, das mudanças sociais surgidas com a urbanização, imigração, do esfacelamento do trabalho escravo e modernizações tecnológicas nos meios de comunicação (BITTENCOURT, 2008, p. 26).

Neste discurso nacionalista de educadores e políticos liberais se destaca o confronto com a Igreja Católica, pois conforme Bittencourt (2008, p. 26) “pretendia, a total separação entre Estado e Igreja, incluindo a construção de escola securizada, rejeitando as premissas liberais do período da Independência que a idealizaram atrelada à Igreja”, representando o grupo de educadores que defendiam o domínio do Estado na escola pública.

Porém nestes momentos foi mantida a crença da força do livro escolar como peça importante para viabilizar os projetos nacionais:

A obra didática era concebida como principal instrumento para divulgação do ideário educacional, dependendo dela, a formação do professor e do aluno. A ênfase no papel dos manuais didáticos para efetivação do programa de ensino partia do conceito que vigorava entre o franceses do período da Revolução: um livro lido é um livro apropriado que induz a novos hábitos. [...] Para os intelectuais que se dedicaram aos projetos educacionais, o livro escolar deveria condicionar o leitor, refrear possíveis liberdades diante da palavra escrita, impressa (BITTENCOURT, 2008, p. 26-27).

Para Faria Filho (2000, p. 140), no centro deste ideário existia a ideia da necessidade de ampliar o acesso de mais pessoas às instituições e prática civilizatórias, assim “o teatro, o jornal, o livro, a escola, todos os meios deveriam ser usados para instruir e educar as ‘classes inferiores’, aproximando-as das elites cultas dirigentes”.

Conforme Bittencourt, na Constituinte de 1823, frente a questão de idoneidade e de competência do novo quadro docente a ser construído, foi proposto pela Comissão de Instrução Pública que o trabalho de Condorcet, *Secund Mémoire sur l’Instruction Publica* servisse de guia. O trabalho concebia a utilização de dois livros didáticos, os *livros dos mestres* ou dos professores, que servia para suprir as deficiências docentes e conteria anotações sobre a metodologia de ensino, esclarecimentos sobre as perguntas dos alunos e definições das palavras, e os *compêndios* ou *manuais escolares*, destinados aos alunos.

Assim, para esta autora os livros dos professores foram pensados pelas autoridades brasileiras em dois níveis: propostas de produção de livros escolares que concentravam-se na elaboração de textos didáticos para uso exclusivo dos professores, cuja preferência eram as traduções; e livros destinados a formação de professores de níveis elementares, necessidade que surgiu com a criação das Escolas Normais. Neste sentido, a autora afirma que “o livro didático visava, portanto, nos seus primórdios, prioritariamente, atender ao professor”, porém ainda no século XIX ele passa a ser considerado obra para crianças e adolescentes.

A confecção de uma obra didática era considerada uma tarefa patriótica realizada por altas personalidades nacionais. Bittencourt (2008, p. 30), cita a obra do visconde de Cairu, escrita em 1827, e que teve como base para sua construção os conhecimentos religiosos, econômicos e morais, e na qual se percebia “uma preocupação com a disseminação da alfabetização e com o saber a ser veiculado pela escola, a nova instituição que se impunha como necessidade da vida civilizada”.

Porém com o decorrer do tempo foram limitados os números de obras escritas por tais personalidades, sendo possível os livros serem escritos por pessoas menos nobres, até prêmios foram instituídos a professores ou pessoas dispostas a escreverem compêndios ou obras de uso escolar, bem como traduções aprovadas em português, sendo os prêmios em honorarias ou dinheiro, como também houve incentivo aos autores por sua experiência pedagógica, em decorrência do aumento das escolas e avanço das “ciências em educação” (BITTENCOURT, 2008).

Destaca-se nesta época o trabalho educativo de Abílio César Borges, considerado o precursor do livro didático, e que lhe rendeu o título de barão de Macaúbas. Autodidata, abandonou a medicina para se

dedicar a educação, fundou do Ginásio Baiano em 1858, em Salvador e do Colégio Abílio em 1871 no Rio de Janeiro (LUCIANO, 2005, p. 3).

Segundo Saviani (2008), os compêndios escritos pelo barão de Macaúbas foram predominantemente para uso escolar, entre eles: Primeiro Livro de Leitura, Segundo Livro de leitura e Terceiro Livro de Leitura (1886), Quarto Livro de Leitura e Quinto Livro de Leitura, com a colaboração de Joaquim Abílio Borges (1890) e a tradução do texto de Ernesto Legouvé, Pequeno Tratado de Leitura em voz alta (1879).

O livro didático continuou sendo fundamental para formação dos professores, mas na passagem do século os dirigentes brasileiros estavam atentos às necessidades culturais para construção do Estado nacional moderno, entre elas as necessidades de: enfrentar as exigências das ciências modernas, Física, Matemática e Química, úteis ao aperfeiçoamento dos exércitos e aos novos meios de comunicação; garantir a unidade linguística; garantir a difusão do vínculo nação-território e legitimar as formas de conquista do continente brasileiro, a partir dos estudos de Geografia e História Nacional (BITTENCOURT, 2008).

Nesse sentido, os livros didáticos deveriam:

[...] sistematizar e divulgar tais conhecimentos, e o Estado incentivou uma produção local capaz de auxiliar a formação do "sentimento nacionalista" sem deixar, entretanto, que as futuras gerações de letrados perdessem o sentimento de pertencer ao mundo civilizado ocidental (BITTENCOURT, 2008, p. 32).

Constata-se assim que novas mudanças estariam destinadas aos livros didáticos, mas estariam ainda sob o controle do Estado no que se refere a sistematização e divulgação do conhecimento trazidos por eles, uma vez ser o Estado seu principal incentivador.

Considerações Finais

Evidencia-se pelo exposto que a partir do século XVIII as ideais iluministas influenciaram a mudança do perfil dos leitores da Colônia, e que as reformas pombalinas, através do mesmo ideário, buscou modernizar o campo pedagógico em Portugal, na intenção de torná-lo referência entre os países desenvolvidos. A vinda da Corte para o Brasil, no século seguinte, representou um avanço em termos social e cultural para Colônia. Constatou-se o aumento da circulação de livros, o incentivo à leitura, e a criação da tipografia, embora tenha sido mantido o caráter impositivo sobre estes processos, e além da relação direta destes aspecto com a instrução pública.

Notadamente os debates parlamentares no século XIX impulsionaram as mudanças educacionais no decorrer do século e influenciaram na utilização do livro didático no país. Não só quanto a sua utilização, mas também em relação à sua produção, com o incentivo da escrita por autores brasileiros e com temas nacionalistas. Mas constata-se que apesar de propostas de livros destinados a professores e outros destinados a aos alunos, tanto crianças como adolescentes, predominantemente os livros didáticos eram escritos para a formação dos professores.

Espera-se que estudo venha a contribuir para compreensão das concepções contidas nas propostas dos primeiros livros didáticos surgidos no Brasil, e destaca-se que ainda é preciso com relação a este objeto compreender outras dimensões que o configuram como por exemplo as principais legislações que normatizaram este instrumento no país e os projetos desenvolvidos visando sua utilização no campo escolar.

Referências

ARAÚJO, Jorge de Souza. **Perfil do leitor colonial**. Salvador: UFBA, Ilhéus: UESC, 1999.

BITTENCOURT, Circe. **Livro diático e saber escola (1810-1910)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. Tradução de Álvaro Lurencini. São Paulo: UNESP (FEU), 1999. (Encyclopadéia)

FARIA FILHO, Luciano Mendes. Instrução elementar no século XIX. In: Lopes, Eliane Marta Teixeira; FARIA Filho, Luciano Mendes e VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte, Autêntica, 2000. p. 135-150.

LUCIANO, Fábila Luciã. Os Modelos Pedagógicos nos Impressos adotados na Escola Pública Catarinense do Século XIX. In: **VI Congresso Brasileiro de História da Educação**. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2006.

MAGALHÃES, Justino. **O mural do tempo – manuais escolares em Portugal**. Lisboa: Edições Colibri, 2011.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho. Nota prévia sobre a palavra impressa no Brasil do século XIX: a biblioteca do povo e das escolas. In: **Congresso Brasileiro de História da Educação**. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de História da Educação. Disponível em: http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/074_jorge_carvalho.pdf. Acesso em 01 ago.2013.

SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. 2 ed. ver. e ampl. Campinas: Autores Associados, 2008.

[1] Mestranda em Educação pela Universidade Tiradentes. Especialista em Ensino de História: Novas Abordagens pela Faculdade São Luis de França. Bolsista Mestranda do TRANSEJA2/UNIT/OBEDUC/CAPES/INEP. Membro do grupo GPGFOP/Unit/CNPq. E-mail: mac_machado@hotmail.com

[2] Mestrando em Educação pela Universidade Tiradentes. Especialista em Docência e Tutoria no Ensino a Distância/Unit. Voluntário do TRANSEJA2/UNIT/OBEDUC/CAPES/INEP. Membro do grupo GPGFOP/Unit/CNPq. E-mail: nobre_matos_luciano@yahoo.com.br

[3] Mestranda em Educação pela Universidade Tiradentes. Especialista em Ciências da Educação pelo Centro Integrado de Tecnologia e Pesquisa. Bolsista Mestranda do TRANSEJA2/UNIT/OBEDUC/CAPES/INEP. Membro do grupo GPGFOP/Unit/CNPq. E-mail: soanemenezes@hotmail.com